
A MOBILIZAÇÃO POPULAR COMO “ACONTECIMENTO” NA HISTORIOGRAFIA OITOCENTISTA: O “11 DE JANEIRO DE 1822” E A INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA NO BRASIL

POPULAR MOVEMENT AS AN “EVENT” IN THE NINETEENTH-CENTURY HISTORIOGRAPHY: “JANUARY 11, 1822” AND THE MEANING OF THE INDEPENDENCE PROCESS IN BRAZIL

LUISA RAUTER PEREIRA

Universidade Federal de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil)

lurauterp@gmail.com

Resumo: O artigo investiga como o discurso histórico brasileiro do século XIX narrou um acontecimento específico do processo de Independência do Brasil: um episódio ocorrido em janeiro de 1822, quando dez mil pessoas de diversas origens sociais e raciais se reuniram na praça do *Campo de Santana*, no Rio de Janeiro, para enfrentar os portugueses que pretendiam levar o Príncipe Regente D. Pedro de volta a Portugal para ser submetido ao governo revolucionário. Embora de grande importância, este evento de ativismo e mobilização popular foi pouco tematizado pelos historiadores de então, o que explica em parte quão frágil foi a sua incorporação na cultura histórica e cívica do país. O artigo busca, por meio desse exercício de análise da história da historiografia e de reflexões de caráter teórico, compreender a emergência de um novo conceito de acontecimento histórico adequado ao momento de modernização política e ao novo campo historiográfico em seus diversos graus de disciplinarização.

Palavras-chaves: Acontecimento, Fato histórico, Independência do Brasil, História da historiografia brasileira, Ativismo popular.

Abstract: The article investigates how Brazilian nineteenth-century historical discourse narrated an specific event in the Brazilian Independence process: na episode occurred in January 1822 when ten thousand people from varied social and racial backgrounds gathered in the *Campo de Santana* square in Rio de Janeiro to face Portuguese troops who intended to take Prince Regent D. Pedro back to Portugal to be subjected to the revolutionary government. Although of great importance, this event of activism and popular mobilization was barely thematized by historians back then, which partly explains how fragile was its incorporation into the country's historical and civic culture. The article seeks, through these analyses of the history of historiography and theoretical reflections, to understand the emergence of a new concept of historical event that was appropriate to the moment of political modernization and to the new historiographic field in its varying degrees of becoming a established discipline.

Keywords: Event, Historical fact, Brazilian Independence, History of Brazilian historiography, Popular activism.

I.- Introdução

No dia dez de setembro de 2013 o jornal *O Globo* publicava um texto de opinião intitulado “Independência sem povo”¹. Decorridos três dias desde os eventos de comemoração da Independência naquele ano, o jornal, ainda sob o impacto das gigantescas manifestações do que viria a ser conhecido como “jornadas de Junho de 2013”, lamentava o tom formal e a falta de público dos festejos e paradas militares. O articulista se queixava de uma comemoração “para o povo”, mas não “do povo” e questionava a fragilidade da cultura cívica brasileira. Nossa Independência, prosseguia, teria sido, sim, marcada pela atuação popular, embora tal presença não fosse conhecida do grande público. Prova disso seria, por exemplo, as mais de oito mil assinaturas que praticamente teriam forçado D. Pedro a ficar no Brasil, contrariando as ordens de Lisboa e, logo depois, as dez mil pessoas que se reuniram armadas no Campo de Santana, em janeiro do 1822, no Rio de Janeiro, para lutar contra um eventual ataque das tropas portuguesas. Após junho de 2013, argumentava o texto, não seria mais possível contar a história política brasileira sem focalizar os grandes acontecimentos em que o povo se fez presente nas ruas.

O acontecimento “Junho de 2013” de fato impactou profundamente a vida histórica da sociedade brasileira, transformando suas estruturas em diversos níveis, em especial no que se refere ao cenário político, mas também da auto compreensão partilhada do que é “ser brasileiro”². Junho de 2013 foi, entretanto, parte de uma onda de manifestações similares pelo mundo início da década de 10, que, como apontou o filósofo Alain Badiou, inaugurou um “tempo do acontecimento”, isto é, um tempo de “renascimento da iniciativa popular” através de “revoltas históricas” capazes de promover “interrupções cairóticas” no decurso da história³.

Mesmo não partilhando inteiramente do otimismo do autor, especialmente diante dos desdobramentos históricos posteriores a tais movimentações no Brasil e no mundo, creio que as transformações que vivemos a partir deste intenso momento de

¹ “Independência sem povo”, em *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/independencia-sem-povo-9891124> [Consultado el 28 de febrero de 2024].

² Ver NOBRE, Marcos: *Choque de democracia: razões da revolta*, São Paulo, Editora Schwarcz, 2013.

³ BADIOU, Alain: *The Rebirth of History: Times of Riots and Uprisings*, London, New York, Verso, 2012.

ativismo popular abriram um novo horizonte histórico de atenção para o problema do “acontecimento” na história brasileira. As jornadas de 2013, por sua amplitude e significado como acontecimento disruptivo da realidade política brasileira, abriram um hiato importante para reflexão retroativa sobre a forma como esses eventos foram incorporados à história da historiografia e à memória histórica cívica e nacional.

Escolhi para realizar esse exercício o ano de 1822 na cidade do Rio de Janeiro, cenário histórico essencial para compreendermos o processo de Independência e o nascimento político da nação brasileira. De fato, é bastante relevante o fato de que poucas pessoas no Brasil associam a Independência brasileira a acontecimentos de ativismo e participação popular, apesar dos imensos esforços da historiografia brasileira desde os anos 1970 na investigação do tema. Como apontou João Paulo Pimenta há na sociedade brasileira um grande desinteresse e desconhecimento a seu respeito, por um lado, e, por outro, uma visão da Independência como um processo absolutamente pacífico e fruto quase que unicamente de decisões de elites políticas⁴. De todo modo, me parece digno de nota o fato de uma movimentação deste porte –a mobilização de dez mil pessoas em defesa de uma causa política numa cidade que não deveria ter naquele momento mais de cento e cinquenta mil– não seja minimamente conhecida pela população. O mesmo apagamento tem sido apontado pela historiografia nos processos desencadeados a partir de 1821 em várias regiões do reino⁵.

“Apagamento”, entretanto, não é uma categoria suficiente como descrição de nossa relação com acontecimentos decisivos de participação popular na vida pública brasileira. Creio que para além disso, existe uma ação mais ou menos consciente de negação ativa constitutiva da cultura histórica nacional com raízes históricas. Talvez o

⁴ PIMENTA J.P., ATTI, C.A.; CASTRO, S.; DIMAMBRO, N.; LANNA, B.D.; PUPO, M., et al.: “A Independência e uma cultura de história no Brasil”, em *Almanack* [Internet], 8, 2014, pp. 5–36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320140801> [Consultado el 28 febrero 2024]

⁵ Sobre os movimentos populares na Independência nas diversas regiões do Brasil, ver: CARVALHO, Marcus J. M. de: “O outro lado da Independência: Quilombolas, negros e pardos em Pernambuco, 1817–1823”, em *Luso-Brazilian Review*, 43, 2006, pp. 1-30; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das: “Os Esquecidos no Processo de Independência: Uma História a se Fazer”, em *Almanack* [online], nº 25, 2020, disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-463325ef00220>>; REIS, João José: “O jogo duro do 2 de julho. O partido negro na Independência”, in João José REIS e Eduardo SILVA, *Negociação e conflito a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 79-98; ARAÚJO, Johny Santana de: “O Piauí no Processo de Independência: Contribuição para Construção do Império em 1823”, em *Clio*, nº 33.2, disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24527/19816>; CARVALHO, Marcus J. M. de: “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”, em *Revista Brasileira de História* [online], v. 18, nº 36, 1998, pp. 331-366 [Acessado 25 Novembro 2022], Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014>>. Epub 06 Maio 1999.

fato de o movimento no Rio de Janeiro (que no desenrolar dos fatos acabou por hegemonizar e aglutinar os demais movimentos independentistas do território) ter se iniciado como uma reação à uma revolução liberal e não como uma revolução em si tenha algo a ver com isso. Com a corte no Rio de Janeiro desde 1808 e, o status de Reino Unido, a adesão das demais partes do reino ao projeto do Rio de Janeiro e à liderança do príncipe D. Pedro contra as cortes revolucionárias portuguesas teve um caráter monárquico, conservador e cauteloso quanto à revolução popular desde os primórdios. Toda a cultura política da reação conservadora calcada no horror ao terror revolucionário jacobino, no medo da revolução de São Domingos e do receio da repetição no Brasil das guerras sangrentas de independência das ex-colônias hispânicas já era muito presente na eclosão do movimento liberal e constitucional no Brasil em 1821.

Sabemos que a tradição historiográfica tem um grande papel na sedimentação de determinadas visões, sentimentos e perspectivas sobre o processo histórico, contribuindo para a constituição de uma determinada cultura de história, através de diversos mecanismos de espraiamento, como o campo do ensino e da imprensa. Proponho então um exercício de história da historiografia brasileira: voltar a textos importantes de constituição da disciplina histórica no Brasil no século XIX para entender a forma e a situação em que um acontecimento específico –o ajuntamento de dez mil pessoas no Campo de Santana em defesa da decisão do príncipe D. Pedro de contrariar a ordem das cortes e permanecer no Brasil– foi narrado e interpretado em textos canônicos da disciplina no século XIX. Creio que esse exercício é uma oportunidade para entender melhor, não apenas a constituição de determinada interpretação sobre o processo de independência, mas igualmente para entender o próprio conceito de acontecimento histórico na historiografia oitocentista e, em especial, o lugar e a forma de fatualização, ou de estabelecimento do acontecimento da presença popular no discurso histórico.

Hoje, depois de décadas de esforço autocrítico realizado pelo campo da história da historiografia, é lugar comum a afirmação do caráter conservador da historiografia brasileira oitocentista. Escrita em grande medida por homens ligados ao Estado centralizado no Rio de Janeiro, o relato histórico hegemônico até pelo menos as últimas décadas do século XIX, era fortemente voltado à defesa da monarquia, da centralização

política e do projeto nacional capitaneado pelo Rio de Janeiro. Silêncios, omissões e escolhas interpretativas dessa historiografia tida como “oficial” têm sido largamente apontados por aqueles dedicados ao campo da história da historiografia brasileira, mais fortemente desde os anos 1980⁶. O momento da disciplinarização do saber histórico teria sido, portanto, ao mesmo tempo o momento da ascensão de um discurso patriótico e nacionalista que relegava ao relativo esquecimento a participação de diversos seguimentos sociais, como negros, mulheres, classes trabalhadoras e mesmo as classes médias, nos principais eventos e processos históricos de constituição da sociedade brasileira. Talvez o exemplo mais emblemático dessa operação historiográfica seja o acontecimento da Independência, dada sua centralidade no projeto de criação da identidade nacional.

Historiadores como José da Silva Lisboa, Francisco Adolfo de Varnhagen, João Manoel Pereira da Silva, Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, Maria Graham, José Inácio de Abreu e Lima, dentre outros, foram aqueles que fizeram as primeiras demarcações sobre o acontecimento da Independência deveria ser conhecido, factualizado e também monumentalizado para as gerações futuras. Para historiadores profundamente vinculados ao projeto estatal, o evento significaria o triunfo da monarquia sediada no Brasil sobre os interesses das Cortes portuguesas, sobre os anarquistas, sobre os partidos e sobre o republicanismo. Seria o triunfo do Estado representando a ordem política sobre a desordem vinda da sociedade. Nesta história monumental, a figura do jovem impetuoso D. Pedro ganhou muitas vezes destaque como aquele personagem que fora capaz de, apesar da pouca experiência, tomar o rumo da história nacional nas mãos e dar o passo rumo à separação. Embora em linhas gerais esse possa ser o tom geral da interpretação histórica sobre a Independência, considero que há diversidade e também fundamentos mais complexos para esse discurso histórico que devem ser considerados⁷.

⁶ Ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal: “Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial”, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 388, 1995, pp. 459-613. GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado: “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, em *Revista Estudos Históricas* (Rio de Janeiro), v. 1, nº 1, 1988, pp. 5-27.

⁷ Este texto é o resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2023 e financiada pelo PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pelo PIP - Programa de Iniciação à Pesquisa (UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto). Parte do trabalho de levantamento documental foi realizado pelas alunas de Licenciatura em História da Universidade Federal de Ouro Preto Tainara de Oliveira Rodrigues e Lorraine Costa e Silva.

*

Na interpretação do sociólogo e historiador William Sewell sobre a “Tomada da Bastilha”⁸, um “acontecimento” ocorre quando desafia as estruturas sociais estabelecidas. Para que isso ocorra, o acontecimento precisa exibir características que o distingam de eventos ordinários. Em primeiro lugar, inicialmente vista pelos contemporâneos como manifestação da desordem, a Tomada da Bastilha terminou sendo percebida, após extensos debates na Assembleia Nacional Paris, como manifestação da violência legítima do povo francês contra o despotismo. Essa virada simbólica realizada já em 1789 teria sido a grande mudança estrutural trazida pelo acontecimento: a compreensão política nova de que o povo pode se manifestar publicamente contra os poderes constituídos, usando inclusive de violência, de modo legítimo e mesmo necessário, em nome de seus direitos e soberania. Para além disso, o autor pontua uma série de elementos necessário para que um simples evento possa se tornar um “acontecimento histórico”. Um deles, de grande importância é a concentração espacial de grande número de pessoas em determinados locais que possuem algum valor para a coletividade, como ruas e praças específicas. O acontecimento é caracterizado igualmente pela “emoção exaltada”, uma espécie de “efervescência coletiva” em que as pessoas, uma vez reunidas sob uma ideia comum, são capazes de atos que fogem aos hábitos da vida cotidiana. Daí, se segue a volatilidade, a imprevisibilidade e a criatividade coletiva desses momentos de mobilização popular nas sociedades modernas. Sewell está descrevendo, acredito, elementos essenciais de nova estrutura do acontecimento histórico na modernidade que, acredito, são importantes para entender a tarefa da escrita da história das ex-colônias americanas: o acontecimento da mobilização popular nas ruas e praças como origem da soberania política moderna.

Embora o processo de Independência brasileiro tenha sido interpretado em grande medida pela ótica do Estado, e de fato o movimento tenha sido dirigido por elites políticas, econômicas e culturais, sabemos hoje que houve eventos de intensa participação popular de escravizados urbanos, libertos, mulheres e “classes médias” urbanas que precisaram ser historiados e incluídos no panteão dos fatos históricos de

⁸ SEWELL, William. “Acontecimentos Históricos como transformações das estruturas – inventando a revolução na Bastilha”, in *Logicas da História social. Teoria Social e transformação social*, Rio de Janeiro, Vozes, 2017, pp. 228-269.

relevo nacional⁹. Protestos, amotinações, movimentação de “tropas e povo”, como se dizia, constituíram eventos em que as várias visões sobre a participação popular entravam em disputa.

O associativismo popular e militância política, especialmente entre 1821 e 1822 foram bastante presentes nas ruas das principais cidades do reino. No episódio conhecido como “Fico”, D. Pedro I foi praticamente forçado a ficar no Brasil ao receber um manifesto com oito mil assinaturas no Rio de Janeiro. Destaco aqui o importante texto de Luana Melo e Silva que expõe a intensa atividade de militância política levada a frente por José Joaquim da Rocha para a organização dessa pressão sobre o Príncipe Regente¹⁰. No dia 11 de janeiro de 1822, dez mil pessoas das mais variadas classes e origens se reuniram armadas no Campo de Santana no Rio de Janeiro para enfrentar a guarnição militar portuguesa conhecida como Divisão Auxiliadora, que pretendia levar D. Pedro I à força a Portugal para ser submetido ao poder das Cortes revolucionárias. Fatos como o ocorrido naquela madrugada na capital do Império se repetiram por outras cidades importantes, constituindo um momento impressionante de mobilização e atuação popular em torno de um projeto de liberdade frente ao movimento visto como recolonizador das Cortes Portuguesas.

2.- O acontecimento “Dez mil do Campo de Santana” na história da Historiografia Brasileira

Valdei Lopes Araujo analisou em alguns trabalhos o que chamou de “regimes de autonomia intelectual”: formas distintas e competitivas de escrita da história que caracterizaram a cena historiográfica ao longo do período imperial. Esse conceito pode nos fornecer um parâmetro heurístico importante para agrupar as obras analisadas. De um lado, havia uma prática historiográfica compilatória que buscava suprir uma

⁹ Ver LUSTOSA, Isabel: *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*, São Paulo, Cia das Letras, 2000; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; BASILLE, M.: *A guerra literária: os panfletos políticos da Independência (1820-1823)* (4 v.), Belo Horizonte, Ed.Ufmg, 2014; PIMENTA, João Paulo: *Tempos e Espaços das Independências*, São Paulo, Intermeios, USP, 2017, capítulo: “O Brasil e a experiência revolucionária moderna (séculos XVIII e XIX)”; SLEMIAN, Andrea: *Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*, São Paulo, Hucitec, 2006; SOUZA, Iara L. C.: *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*, São Paulo, Fundação Editora UNESP, 1999.

¹⁰ SILVA, Luana Melo e: *O Primeiro Motor da Independência: um patriarca mineiro entre a memória e o esquecimento*, Jundiá, Paco Editorial, 2017.

“demanda social por sínteses pragmáticas” apropriadas a um leitor não especializado. De outro, estaria o tipo “disciplinar”, especializado, mais afeito à pesquisa empírica direta nos arquivos e mais vinculado ao Estado e suas instituições¹¹. As duas modalidades disputavam a atenção dos leitores e travavam disputas no interior das instituições, em especial, após 1838 com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, primeira instituição criada com o intuito específico de coletar e organizar fontes históricas, produzir estudos históricos e escrever uma história geral do Brasil.

No campo da literatura de viagens, que pode ser caracterizado como “não disciplinar”, cabe citar o *Diário de uma viagem ao Brasil* de Maria Graham, testemunha ocular do acontecimento sobre o qual nos debruçamos aqui. A historiadora, escritora e pintora Maria Graham esteve no Brasil entre 1821 e 1823, viagem na qual registrou suas impressões sobre que viu, além de escrever um resumo da história do país. Seu relato do acontecimento do Campo de Santana é especialmente impactante pela minúcia de detalhes. Talvez por ser estrangeira e não participar da vida política nacional diretamente, apesar da grande proximidade com a família real (foi preceptora da Princesa D. Maria da Glória), seu relato pode nos revelar a vida do acontecimento com uma intensidade particular.

Graham descreveu os homens reunidos no grande acampamento no Campo de Santana como geralmente franzinos (*slight*), porém saudáveis, e cheios de vida (*spirit*), parecendo-lhe resolutos e determinados na defesa de seus direitos. O acampamento no Campo de Santana foi descrito da seguinte maneira:

“Dentro da cerca onde a artilharia fora postada, tudo parecia grave e sério: os soldados estavam alerta e os oficiais, em grupos, discorriam sobre os acontecimentos da noite anterior e as circunstâncias do dia; aqui e além, dentro e fora do círculo, um orador estacionava com os Ouvintes em redor, prestando atenção aos seus arrazoados políticos e suas arengas patrióticas. Na parte aberta do campo viam-se soldados afastados dos seus regimentos e companhias inteiras que tinham fugido à aglomeração de dentro da cerca, que mais intenso tornava o calor. Cavalos, mulas e burros espojavam-se no chão, arfando. Em todas as direções viam-se negros transportando capim e milho para os animais ou levando à cabeça tabuleiros, de doces e refrescos para os homens. Aqui uma porção de soldados, exaustos da viagem e da vigília dormiam estirados sobre o solo; ali jogava um grupo de moleques; cada qual matava o tempo a seu modo, esperando pelo grande evento, uns silenciosamente e pacientemente, receosos do

¹¹ ARAUJO, Valdeir L. de: “Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil”, em *Varia Historia*, 31 (56), 2015, pp. 365–400.

que poderia vir depois, outros ansiosos por agir, tratando apenas de preencher o intervalo da forma mais divertida”¹².

Na madrugada de doze, segundo o relato, já havia mais de quatro mil homens ali reunidos, trazendo animais e dispostos à ação. Nas palavras de Graham, se eram deficientes em matéria de disciplina profissional, eram “formidáveis em número” e “determinação”¹³. A autora prossegue pontuando momentos de expressão da vontade popular, tais como o aquele em que o veterano militar general Joaquim Xavier Curado, decano dos oficiais presentes, o Conde de São João das Duas Barras, foi aclamado governador das armas da cidade e da província do Rio de Janeiro. A escrita de Maria Graham permite logo a revelação de um acontecimento histórico de grande intensidade, marcado pela radicalidade da vontade e presença popular nas ruas do Rio de Janeiro.

Pouco menos de uma década após a proclamação da Independência José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, homem de intensa atuação política tanto no período colonial, quanto no Estado independente, constituiu um dos pilares da interpretação histórica oficial da independência brasileira. Sua obra *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil* (escrita e publicada entre 1825 e 1830) foi o primeiro grande texto de síntese da história do Brasil Independente escrita por um autor nascido no país. O livro pode ser enquadrado no esforço de uma historiografia disciplinar, dada sua razoável preocupação com o embasamento documental e com a reflexão crítica sobre a historiografia¹⁴. Sua percepção sobre as experiências históricas que levariam à Independência são a de um homem de Estado, parte do círculo político mais próximo à coroa imperial. A interpretação histórica de Lisboa parte da descrição de um reino vivendo em “pleno sossego” desde 1808, após a ida da família real para o Brasil, até 1820, ano marcado pela eclosão da Revolução Liberal em Portugal. As rebeliões como a de 1817 na região nordeste do país haviam sido devidamente sufocadas e o reino gozava então de um momento glorioso de paz política. O progresso econômico estaria garantido com a abertura dos portos ao comércio internacional e a permissão para o estabelecimento de

¹² GRAHAM, Maria: *Diário de uma viagem ao Brasil*, Belo Horizonte, São Paulo, Ed. Itatiaia, EDUSP, 1990. p. 187.

¹³ *Ibidem*, p. 188.

¹⁴ A introdução da obra constitui o primeiro esforço metódico de escrita de uma abrangente história da historiografia brasileira. Sobre essa questão e sobre a historiografia no período da Independência ver: ARAUJO, Valdeí L. de: *A independência narrada: introdução à história da historiografia do Brasil*, Rio de Janeiro, Proprietas, 2022.

indústrias pela Coroa portuguesa, então sediada no Rio de Janeiro. Diferente da “anarquia” das ex-colônias hispânicas, prossegue o autor, o reino do Brasil seguia, portanto, sua rota progressiva de liberdade governado pela casa real dos Bragança, ao lado do reino de Portugal. O Brasil (mais especificamente o Rio de Janeiro), então sede da monarquia, era um o centro gravitacional de um projeto civilizacional grandioso e duradouro. Embora o sistema do cativo negro ainda fosse um mal, como não deixa de perceber Cairu, seu fim viria gradualmente como um passo necessário ao inevitável aperfeiçoamento dos costumes sociais. O clima de paz europeu, trazido pelo movimento da Regeneração Europeia envolvia a nação brasileira que ingressava, ao lado de Portugal, no movimento da modernidade política e comercial do ocidente.

Essa caminhada histórica pacífica teria sido interrompida pelo drama da Revolução de 1820 em Portugal que teria jogado o Brasil num “turbilhão revolucionário”. Os planos maléficos da “cabala anti brasílica” –as Cortes Revolucionárias em Lisboa– eram um ataque à monarquia e ao Brasil com o intuito de reduzir o reino ao seu anterior estado de colônia, retirando todo o poder político do Rio de Janeiro. Em relação ao grande movimento popular constitucional em apoio à Revolução em Portugal nas ruas das cidades brasileiras, Cairu dedica um capítulo inteiro apenas ao movimento popular contrário à junta de governo da Bahia, que havia sido formada em apoio à revolução portuguesa. As juntas¹⁵ seriam, na interpretação do autor, organizações despóticas, não representariam os “genuínos sentimentos dos cidadãos” e sim os interesses dos “cabeças” dos partidos¹⁶.

Em relação à situação no Rio de Janeiro, Lisboa apontou o apoio massivo ao príncipe regente D Pedro. Embora este tenha decidido acatar a ordem das cortes de voltar para Portugal, uma “grande comoção popular” o surpreendeu por sua “força considerável”, fazendo com que desistisse do intento e prosseguisse na defesa da monarquia portuguesa no Brasil, decisão que precipitaria o desenlace pela independência. Portanto, sobre as manifestações de rua que deram origem ao “Dia do Fico”, momento em que D Pedro desobedece às ordens do movimento revolucionário

¹⁵ Após a revolução em Portugal, *juntas governativas* foram formadas nas principais cidades do reino, substituindo as autoridades estabelecidas e vinculando-se diretamente ao governo revolucionário de Lisboa.

¹⁶ CAIRU, Visconde de: *Historia dos principaes sucessos politicos do Imperio do Brasil: dedicada ao sr. D. Pedro I*, Rio de Janeiro, Typ. Imperial e nacional, 1827.

português e opta por ficar no Rio de Janeiro, Lisboa não oferece palavra alguma. Sobre o movimento específico da aglomeração armada no Campo de Santana, nenhuma palavra direta. Lisboa se resume a apontar um pano de fundo de agitação popular que provavelmente teria feito D Pedro se decidir por desobedecer às ordens das Cortes e de seu pai. O peso da pressão popular sobre a decisão do príncipe regente de permanecer no Brasil não é claramente apontado, apenas sugerido de modo um tanto sub-reptício. É quase como se por trás do texto pudéssemos ouvir as vozes populares que hoje, sabemos, foram muitas, e que tiveram peso decisivo na decisão do príncipe na história da independência brasileira como um todo.

Cairu percebia como acontecimentos dignos de serem descritos em um texto historiográfico apenas as decisões políticas e econômicas levadas a cabo pelas autoridades governantes. As ruas e praças apareciam como um cenário turvo, pouco definido, cujos poucos ruídos e imagens pálidas, mal poderiam existir no relato.

O *Resumo de História do Brasil* do militar de origem portuguesa Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde publicado em 1831 é um exemplo importante de manual didático no Brasil Imperial. O Resumo foi adotado nas aulas do Imperial Colégio três anos após a sua criação, em 1841. Trata-se de uma tradução do *Resumé de l'histoire du Brésil suivi de le Resumé de l'histoire de la Guyane* publicado pelo estudioso do Brasil Ferdinand Denis, mas que procura inovar, fazendo uso, segundo Bellegarde, de “coisas estranhas ao resumo francês”. Para a parte mais recente diz, porém se limitar à “pura e ingênua exposição dos factos”¹⁷. Contudo, em tal exposição, não há qualquer menção ao acontecimento dos dez mil do campo de Santana. Sua exposição se limita a uma afirmação genérica de que “no sul do Brasil se manifestava a decidida oposição às ordens de Portugal”¹⁸ e uma narração das ações de lideranças como José Joaquim da Rocha, que organizou o requerimento à câmara acompanhado de abaixo assinado de oito mil assinaturas a fim de que esta pedisse ao Príncipe para cessar a sua partida. O autor, também aponta a ação de José presidente da câmara Clemente Pereira que apresentou a petição que deu origem ao “Fico”.

¹⁷ BELLEGARDE, Luiz H. de N.: *Resumo da Historia do Brasil até 1828*, Rio de Janeiro, Na Typographia de Gueffier e C., 1831, p. 2013.

¹⁸ *Ibidem*, p. 214.

Em relação ao dia da resistência armada da população às tropas portuguesas, Bellegarde descreve minuciosamente a tentativa de sublevação dessas tropas contra D. Pedro e o desfecho no qual, num acordo, tais tropas foram se instalar do outro lado da Bahia, tendo depois regressado a Portugal. Segue a narrativa até a aclamação do primeiro Imperador do Brasil independente que teria sido marcada pelo “mais fervoroso entusiasmo”¹⁹.

Outro manual escolar intitulado *Compendio de História do Brasil* publicado em 1843 por José Ignácio de Abreu e Lima, chegou a ser adotado como livro de referência para a disciplina de História do Brasil no Colégio D. Pedro II entre os anos de 1851 e 1861, quando foi substituído pelo manual de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882). Figura interessante da vida política Imperial, Abreu e Lima ingressou na vida pública como um radical. Seu pai foi executado pela participação na Revolução Pernambucana. Ele ingressou no exército de Simon Bolívar e depois participou da Revolução Praieira de 1848. Embora tenha tido este passado radical, Abreu e Lima passou a ser um defensor da monarquia no Brasil²⁰. Sobre o acontecimento no Campo de Santana, Abreu e Lima busca descrevê-lo como um movimento armado, de caráter eminentemente militar, contra as tropas portuguesas. Diferentemente de Bellegarde, que não via toda a movimentação da Independência como obra de indivíduos específicos, as palavras de Abreu e Lima permitem entrever a imagem das ruas cheias de cidadãos em luta. Nas palavras do autor,

“antes de romper o dia seguinte, o Campo de Santa Anna achou-se cheio de gente armada; a maior parte constava de Cidadãos, pouco aptos para se arrostarem com os veteranos portugueses, mas eram superiores em numero, bem providos de artilharia e dispostos a acabar com a ditadura, que até ali tinha exercido a Divisão auxiliadora”²¹.

Porém, o relato de Abreu e Lima não prossegue na descrição da mobilização popular, se concentrando em seguida na movimentação das tropas portuguesas, forçadas a se refugiarem do outro lado da Baía da Guanabara:

“Parecia inevitável um conflito, quando Avilez embarçado com esta oposição, e vacilante por não ter recebido ordens positivas das Cortes, ofereceu capitular, com a condição de que seus soldados conservariam as armas. Concedeu-se lhes

¹⁹ *Ibidem*, p. 217.

²⁰ RODRIGUES, Thamara de Oliveira: “Revolução Pernambucana e as Disputas Historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen”, em *História e Cultura*, v. 6, 2017, pp. 289-308.

²¹ ABREU E LIMA, Jose Inácio: *Compendio da historia do Brasil*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1843, p. 216.

isto, com tanto que se retirassem para a Praia Grande, do outro lado da Bahia, até que se preparassem embarcações para os conduzir a Lisboa; o que se verificou no mesmo dia na melhor ordem possíveis”²².

No campo ainda do regime historiográfico compilatório, o livro de Pereira da Silva intitulado *História da Fundação do Império Brasileiro* publicado entre 1864 e 1868 é bastante relevante. O autor foi um literato e político carioca de certo relevo no campo conservador, tendo produzido algumas obras historiográficas. Não viveu diretamente o processo de Independência o que lhe parecia uma vantagem, lhe conferindo um ponto de vista mais seguro dos eventos em questão. Em seu texto é possível perceber como essa forma historiográfica descrita por Valdeci Araujo como menos envolvida com as exigências de originalidade e pesquisa documental direta, aborda os eventos de mobilização popular de maneira mais detalhada. O livro percorre os anos de 1808 em que a Corte Portuguesa se instala no Rio de Janeiro, e de 1825, momento do reconhecimento formal da Independência pela Inglaterra. O texto de Pereira da Silva se caracteriza pela informalidade na linguagem, pela ausência total de citações de modo a garantir uma narrativa fluida e de fácil compreensão. “Incitou-lhe”, para o projeto de escrever tal obra, segundo suas palavras, “a falta quase absoluta, que geralmente se sente, de uma história minuciosa desta época”²³. Pereira da Silva declara não querer ser historiador para tratar das ações de príncipes, de suas decisões e das guerras em que se envolveram. Antes prefere escrever uma história dedicada a “examinar a fundo a sociedade inteira, que desce da cúpula elevada até o humilde chão do povo miúdo, discriminando a escala e camadas pelas quais se derrama a nação”²⁴. Somente assim a história poderia ser para Pereira da Silva um ramo literário “mais instrutivo agradável e sublime”²⁵.

Após uma descrição pormenorizada e elogiosa de toda a atuação de D. Pedro para contornar a rebelião militar das tropas portuguesas que pretendiam levar D. Pedro I de volta a Portugal, o autor prossegue uma descrição bastante rica adjetivos e metáforas:

“medonha noite cobriu a cidade, e atribulou-a de sustos. (...) Apresentou o campo de Santa Anna um aspecto extraordinário ao sussurrar da alvorada de 12

²² *Ibidem*.

²³ SILVA, José M. Pereira da: *História da Fundação do império do Brazil* (Tomo V), Paris, Tip. Port de Simão Raçon e Comp.; Rio de Janeiro, B. I. Garnier Editor, 1865.

²⁴ *Ibidem*, p 248.

²⁵ *Ibidem*.

de janeiro. Cópia imensa de povo, vários regimentos de milicianos da cidade e dos arredores, e alguma força de primeira linha armados, municados todos, povoavam-no inteiramente. Derramou-se uma proclamação de D. Pedro, tratando de insubordinadas e anarquizadoras as tropas portuguesas e seus chefes, chamando em seu auxilio, e em pró da ordem publica, a todos os moradores que pudessem pegar em armas, oferecendo-se para colocar-se á sua frente”²⁶.

Outro texto fundamental neste mapeamento de pesquisa é a *História da Independência do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen. O historiador sempre quis escrever sua história da Independência como continuidade de sua *História Geral do Brasil*, elaborando-a até sua morte em 1877, não chegando, porém, a publicá-la, o que viria a ocorrer somente em 1916 pelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O livro é fruto de extensa pesquisa documental. Além de periódicos, panfletos e documentos do Estado, o autor realizou entrevistas com indivíduos presentes no momento.

Indo direto ao ponto da pesquisa, vejamos como o autor narra os eventos que se seguiram ao “Dia do Fico”. A resolução do príncipe em ficar no Brasil, segundo Varnhagen, “agradou geralmente a todos”. A “alegria foi geral” e “as salvas e os repiques dos sinos condiziam com os sentimentos que encontravam nos corações de todos”²⁷. A exaltação de alguns por essas disputas foi tal que, na noite em que era a terceira em que toda a cidade se iluminava pela resolução do príncipe no dia nove, alguns entusiastas chegaram ao excesso de desforço, quebrando vidraças e apagando as luminárias. D. Pedro então mandou “por termo a tais desordens”²⁸. Varnhagen prossegue relatando o movimento de alguns tenentes coroneis e suas tropas para obrigar o príncipe a embarcar à Lisboa naquela mesma noite e as ações certeiras de D. Pedro para conter a rebelião.

Em relação à movimentação que nos interessa mais diretamente, Varnhagem prossegue afirmando que

“seja como for, é certo que nessa mesma noite começou por seu turno a reunir-se no campo de Sant Ana toda a tropa de linha e miliciano do país, incluindo os regimentos dos Henriques e de Pardos, que então havia, e além da mesma tropa

²⁶ *Ibidem*, p. 250.

²⁷ VARNHAGEN, Francisco A. de: *História da independência do Brasil*, Rio de Janeiro, Revista do IHGB (Instituto Historico y Geographico Brasileiro), 1916, p. 101.

²⁸ *Ibidem*.

um sem número de cidadãos de todas as classes cada qual armado como pôde, entrando neste número muitos eclesiásticos e até frades”²⁹.

Vemos que a descrição de Varnhagen, embora bastante sucinta, é mais detalhada que a de Cairu, o primeiro autor que analisamos. Passados mais de quarenta anos da publicação da *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, com a consolidação do regime monárquico parlamentar e o fortalecimento da sociedade civil no país, já não era possível descrever o acontecimento de mobilização popular com metáforas simples como “comoção” e “força”. Além disso, o tempo transcorrido garantia a possibilidade de transformar os eventos mais radicais da Independência em um passado mais distante e passível de tematização historiográfica, superando os receios relacionados à escrita da história do tempo presente³⁰. O mesmo pode ser dito sobre a obra de Pereira da Silva, que como vimos também descreve o acontecimento de forma bastante contundente mais de quarenta anos após a Independência. A história política, mesmo para um autor conservador como Varnhagen e também para Pereira da Silva, já não podia prescindir da descrição histórica dos mais variados atores históricos, o que abriu um certo espaço para o acontecimento da mobilização popular nas ruas e praças brasileiras. O novo tipo de acontecimento, o “acontecimento democrático”, deveria participar da análise histórica de forma mais contundente.

*

Como apontou o sociólogo William H Sewell, acontecimentos históricos são eventos transformadores de estruturas, sejam elas culturais, políticas, econômicas ou sociais. Porém como definir o acontecimento inaugural de uma transformação estrutural? Possuindo um “caráter fractal”³¹ acontecimentos podem ser sempre desmembrados em um feixe amplo de acontecimentos. Fixar um deles como o mais importante e representativo do grande acontecimento é essencialmente um ato de julgamento histórico. O exemplo de Sewell é a Revolução Francesa, que acabou convertendo o acontecimento “Tomada da Bastilha” em seu acontecimento inaugural, subsumindo outros, como o ataque ao *Invalides*, em sua memória. No caso da

²⁹ *Ibidem*, p. 102.

³⁰ MALEVAL, I. T. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850)”, em *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 20, nº 42, 2019, pp. 627–650.

³¹ SEWELL, William: “Acontecimentos Históricos como transformações das estruturas – inventando a revolução na Bastilha”, *op.cit.*

Independência brasileira e a centralidade que se deu ao “Grito do Ipiranga” ou à decisão do “Fico”, subsumindo eventos como a “Aclamação de D Pedro I” em 12 de outubro de 1822 ou mesmo os “Os Dez mil do Campo de Santana”, foi uma escolha realizada em grande medida pelos valores da historiografia oitocentista.

O acontecimento histórico foi considerado por muito tempo como a razão de ser do trabalho do historiador e a unidade mínima de sua análise historiográfica. Narrar o acontecimento é o grande desafio da escrita historiográfica desde a Antiguidade. Mas o que é o acontecimento? O acontecimento é natural? Michel de Certeau nos alertou para o fato de que o tempo é o mais importante “não dito” do historiador³². Trata-se de algo tão fundamental para o fazer historiográfico que se tornaria frequentemente invisível, sendo visto como uma espécie de fundamento natural. Frequentemente a historiografia ecoa uma concepção do tempo como algo discreto, homogêneo e vazio, uma base inquestionável para a realização dos processos e fatos históricos específicos. Formado por instantes pontuais e “inextensos”, como apontou Aristóteles na sua *Física*, o tempo seria simplesmente um fluxo de transformação em linha reta em que o passado seria deixado para trás enquanto o futuro se avizinha num presente visto como pura passagem³³. O tempo seria assim uma substância neutra e externa na qual nós estamos, onde a humanidade caminha e desenvolve suas ações “históricas”. Essa concepção quase que intuitiva do tempo ganhou novas camadas modernamente com a crescente identidade e sobreposição entre história da humanidade e tempo: o tempo seria simplesmente identificado com o desenrolar dos acontecimentos humanos em sequência cronológica, numa relação de causalidade. Assim o próprio acontecimento histórico se tornou também um “não dito” do historiador, isto é, identificado diretamente aos eventos humanos no tempo.

Porém, sabemos que o acontecimento não é uma substância estável. O que é considerado acontecimento se transforma ao longo do tempo. Para ser digno de figurar em livros e aulas de história, um determinado acontecimento passa uma por uma seleção complexa e multifacetada, tanto do ponto de vista social como interno ao mundo dos historiadores. Desde a Antiguidade Clássica, há procedimentos para decidir que tipo de acontecimento pode ser considerado histórico. Como nos lembra Hayden

³² CERTEAU, Michel de: *A escrita da história*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.

³³ SODRÉ, Muniz: *Pensar Nagô*, Petrópolis, Vozes, 2017.

White, há, portanto, acontecimentos e há fatos” (...) “séries de eventos e estruturas de eventos que podem ser factualizados, isto é, fechados, localizados geograficamente, descritos, classificados, e nomeados suficientemente bem”³⁴ a ponto de permitir análises históricas complexas. Portanto, o acontecimento e o fato histórico têm uma história que acompanha o próprio desenvolvimento da disciplina histórica. A forma como os acontecimentos e processos históricos realizados pela ação humana são interpretados e factualizados se transformou historicamente.

Acredito que o acontecimento histórico é próprio de um mundo histórico. O mundo histórico, isto é, um mundo que se orienta por uma compreensão da história como um coletivo singular, é o mundo moderno. Precisamos, portanto, para entender as transformações na experiência e conceituação do acontecimento, entender a forma como a modernidade transformou a própria experiência histórico-temporal. Como Koselleck apontou, uma das características da modernidade, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII, é justamente o fato de as sociedades viverem as mudanças de seu presente como “históricas”, isto é, como inauguradoras de um novo tempo coletivo que rompe com o passado. A modernidade, portanto, se singulariza pela possibilidade de conferir ao tempo em si mesmo, ao “tempo puro” e abstrato o qualificativo de “novo”. Divisões do tempo em idades e períodos marcados por eventos específicos são muito antigas e presentes em inúmeras culturas, mas costumam ser baseadas em determinantes exteriores, como dinastias, reinados, impérios ou indivíduos especiais. Os períodos eram marcados, por exemplo, por “décadas” identificadas com determinados governos ou regimes políticos ou por “idades”, como a “idade do bronze” descrita por Hesíodo em *Os trabalhos e os Dias*. A época que se autoproclamou um “tempo novo”, “completamente outro, até melhor que o anterior”³⁵, foi a única capaz de forjar uma nova historicidade que passou a perceber o passado como uma sucessão de épocas históricas diferentes em seu nexos interno e “espiritual”, num processo progressivo que culmina na atualidade.

Neste processo, o tempo deixou de ser visto como uma base neutra e estável para os acontecimentos históricos, ganhando ele mesmo uma dinâmica de diferenciação

³⁴ WHITE, Hayden: “El Evento Histórico”, in *Ficción Histórica, Realidad Ficcional y Realidad Histórica*, Buenos Aires Prometeu Libros, 2010, p. 130.

³⁵ KOSELLECK, Reinhart: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto; Puc-Rio, 2006.

qualitativa. Assim, a moderna historiografia pôde ultrapassar a tradicional perspectiva meramente “aditiva” dos fatos pontuais –de caráter pedagógico e repetível– constituindo-se como um discurso universalista sobre o processo histórico de transposição de épocas. Podemos afirmar que o tempo entrou, ele mesmo, em movimento, de modo que os fatos históricos foram ressignificados, ganhando uma nova qualidade na dinâmica do tempo histórico moderno. O fato não mais ensina como exemplo pedagógico por sua repetição, mas é visto como reflexo e dinamizador da própria história, vista agora como processo universal, progressivo e linear³⁶.

O acontecimento moderno, a unidade que vai ser factualizada e inserida nas narrativas históricas da disciplina ao longo do século XIX é um novo tipo de acontecimento, percebido como pertencente a um movimento universal do tempo histórico e dinamizador deste tempo. O acontecimento moderno é sobretudo uma interrupção intempestiva que inaugura uma nova dinâmica temporal, sendo o motor da mudança histórica e da transformação epocal. O tema da História, como apontou Arendt “são essas interrupções – o extraordinário”³⁷. Mas se trata sobretudo de interrupções criadoras e dinamizadoras do próprio tempo histórico.

Os historiadores que analisamos até aqui estavam, portanto, diante de um dilema. O projeto de uma nação moderna e de um Estado liberal impunha constituir um discurso histórico centrado no controle do Estado e das elites políticas sobre o processo da Independência. Porém, ao mesmo tempo estes novos relatos históricos não podiam deixar por completo de apresentar a trajetória de povo-nação atuante em busca do seu destino. Havia um grande consenso entre as elites políticas e econômicas oitocentistas nas ex-colônias americanas durante o processo de Independência brasileiro realizado em relação aos males da revolução popular. Apenas um poder centralizado mediado por instituições representativas deveria representar a soberania do povo nação. No Brasil, uma nova linguagem política associada à defesa da monarquia constitucional se dedicava a diferenciar os direitos políticos originários –“soberania do povo” como princípio da política moderna– e os direitos de participação política efetiva do povo, que deveriam ser controlados pela lógica estrita da representação.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ ARENDT, Hannah: *Entre o passado e o Futuro*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1997, p. 72.

O “fato democrático”, segundo Alexis de Tocqueville, que talvez seja quem melhor definiu o projeto político do ocidente moderno, era reconhecido: com a superação do Antigo Regime estaria consolidada a “igualdade de condições” como fundamento de qualquer sociedade civilizada. Porém, era preciso canalizar a “aventura democrática”, como bem analisou Claude Lefort³⁸ que se iniciava no século XIX. A historiografia nacional estava envolvida com essa tarefa, fornecendo os elementos de coesão afetiva e intelectual para essa tarefa de construção política do Estado Nação. Numa sociedade escravista, profundamente violenta e desigual como era a sociedade brasileira, tal desafio parecia ser ainda mais complexo. Os acontecimentos de mobilização popular estavam por tanto ao mesmo tempo tematizados e obscurecidos pela historiografia oitocentista brasileira. Como apontou Eelco Runia em suas reflexões sobre a presença ontológica do passado na historiografia, “o passado seria um passageiro clandestino que “sobrevive” ao texto; como um clandestino, o passado pode surpreender-nos³⁹. A participação política da população nas ruas, podemos conjecturar, se deixava ver não no centro do texto mas nas entrelinhas e brechas do discurso autoral historiográfico.

A aventura democrática de que nos fala Lefort tem início essencialmente nas ruas em acontecimentos de mobilização e ativismo popular urbanos que passaram a ter uma legitimidade nova, assim como maior divulgação positiva entre aqueles lugares responsáveis pela factualização dos acontecimentos: a imprensa, primeiramente, e a historiografia em seus variados graus de profissionalização. A população nas ruas impondo sua vontade, constitui um novo tipo acontecimento histórico que precisava ser narrado, factualizado, monumentalizado e disciplinado pelo trabalho do historiador profissional. Um novo tipo de acontecimento histórico, portanto, dava ensejo a uma nova forma de escrita da história. Como substrato à formação da historiografia profissional, a grande “ciência dos fatos” constituía uma nova forma de experiência histórica e uma nova estrutura do acontecimento que forçava sua porta, impondo sua entrada nos livros de história.

³⁸ LEFORT, Claude: *Pensando o político. Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

³⁹ RUNIA, Eelco: “Presence”, in *History and Theory*, v. 45, nº 1, 2006, pp. 1-29.

3.- Considerações finais

O desafio de escrever a história do Brasil nestes termos impunha, portanto, uma revisão constante dos padrões de escrita da história herdados da Antiguidade Clássica e suas formas específicas de tematização da presença popular, reformulando os tradicionais tópicos do medo, da animalização do povo, do acontecimento natural, explosão repentina e inexplicável e do cooptação clientelista pelas elites, que caracterizavam aquela escrita⁴⁰. Numa sociedade aristocrática e escravista como o Brasil do século XIX, a tarefa do historiador nacional era bastante desafiadora. Afinal, como separar o acontecimento de mobilização popular legítimo da desordem a ser evitada a todo custo? Como separar o acontecimento instituidor da nova nação soberana que saía do domínio colonial do acontecimento “disruptivo” da própria ordem como um todo? O acontecimento que estamos chamando de “os dez mil do Campo de Santana” estava neste limbo interpretativo: tinha que ser tematizado pela exigência do acontecimento de tipo moderno, mas ao mesmo tempo precisava ser cuidadosamente escamoteado, simplificado e, também, silenciado.

Vimos que com o avançar da escrita historiográfica sobre o movimento constitucional e o processo de independência no Brasil, houve mudanças significativas na forma de transfiguração sobre o acontecimento dos “dez mil do campo de Santana” ocorrido entre os dias onze e doze de janeiro de 1822 na cidade no Rio de Janeiro. Como Koselleck apontou em passagem brilhante, uma das características mais marcantes da historiografia moderna é sua constante reconsideração e reinterpretação, justamente o que impede a continuidade da função exemplar Antiga⁴¹. A riqueza de detalhes e descrições das atividades e situações humanas, encontradas na escrita da intelectual estrangeira Maria Graham, cedeu inicialmente espaço a metáforas que apontavam para uma descrição mais geral de um clima de agitação ou, “comoção popular”, em Visconde de Cairu. Podemos inferir através de sua escrita o movimento histórico daquele dia, mas o historiador, mais afeito aos movimentos da política oficial e da economia, não constrói uma interpretação orientada para dar vida ao movimento popular. As vozes e ações daquele dia são mencionadas, já que seria impossível naquela conjuntura do processo de modernização política e social deixar de lado o papel do povo nas ruas. Mas, para Cairu,

⁴⁰ MILLAR, Fergus: *The Crowd in Rome in the Late Republic*, Ann Arbor (Michigan), The University of Michigan Press, 1998.

⁴¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, op.cit., p. 319.

as manifestações populares eram uma interrupção quase que desnecessária no curso do progresso das sociedades, devendo ser logo disciplinadas pelo poder constituído. Sua escrita histórica é partícipe deste poder disciplinador. O manual escolar de Niemeyer Bellegarde, destinado a educar a juventude, radicaliza tal postura, apagando deliberadamente o evento na narrativa histórica. É digno de nota que descreva brevemente o evento preparatório –a petição à câmara organizada por José Joaquim da Rocha acompanhada das oito mil assinaturas– mas sua narrativa passa por cima do ajuntamento popular no Campo de Santana.

Vemos uma mudança bastante grande a partir do Compêndio de Abreu e Lima. Há aqui uma descrição mais rica da cena, inclusive aludindo às motivações e intenções da “gente armada”. A postura política liberal do autor –não esqueçamos seu passado radical– talvez tenha contribuído para sua maior sensibilidade ao movimento histórico popular. Porém, quando observamos a escrita do conservador Pereira da Silva, vemos que o mesmo ocorre. Suas palavras buscam igualmente pintar um quadro mais rico daquele dia, chamando a atenção para a amplitude do movimento verificada no grande número de participantes. Em suas palavras, o Campo de Santana apresentava “um aspecto extraordinário ao sussurrar da alvorada de 12 de janeiro”, momento em que uma “cópia imensa de povo” se mobilizou contra as tropas portuguesas. O uso do conceito de povo de forma bastante positiva deve ser aqui sublinhado. Os autores vinculados ao regime compilatório, para voltar à conceituação de Valdeci Araujo, manifestavam certa tendência a descrever com mais vivacidade um movimento como o dos dez mil do Campo de Santana, conferindo-lhe um lugar mais destacado na miríade factual do processo histórico da Independência.

Varnhagen, marcadamente conservador, e já representando um momento de maior profissionalização da disciplina histórica, e de distância histórica em relação aos eventos da Independência, aprofunda a descrição do evento, fazendo uso inclusive da palavra cidadão. “Um cem número de cidadãos de todas as classes cada qual armado como pôde, entrando neste número muitos eclesiásticos e até frades”: assim o historiador responsável por legar à eternidade o panteão dos fatos e personagens mais importantes da Independência descreve a madrugada do dia onze para o dia doze. Tratava-se de um movimento de cidadãos dos mais variados extratos sociais. Embora sucinta, a descrição de Varnhagen aponta para a inclusão da mobilização no Campo de

Santana como um acontecimento de tipo moderno. Em outras palavras, este tipo de acontecimento não prescinde da descrição histórica da participação do povo, visto agora de forma mais contundente que nos momentos iniciais da escrita historiográfica pós independência, como o fundamento da soberania política e da vida histórica que precisava ser fatualizada pela historiografia. Passados mais de cinquenta anos desde sua ocorrência, Varnhagen precisava inserir o acontecimento moderno vinculado à participação popular como parte dos principais fatos históricos pertencentes ao processo de formação da nação. Entretanto, precisamos dizer, a fatualização possível do acontecimento de participação popular tinha naquele momento limites precisos no campo historiográfico, fosse ele disciplinar ou compilatório.

Fuentes primarias

ABREU E LIMA, Jose Inácio: *Compendio da historia do Brasil*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1843.

BELLEGARDE, Luiz H. de N.: *Resumo da Historia do Brasil até 1828*, Rio de Janeiro, Na Typographia de Gueffier e C., 1831.

CAIRU, Visconde de: *Historia dos principaes sucessos politicos do Imperio do Brasil: dedicada ao sr. D. Pedro I*, Rio de Janeiro, Typ. Imperial e nacional, 1827.

SILVA, José M. Pereira da: *História da Fundação do império do Brazil* (Tomo V), Paris, Tip. Port de Simão Raçon e Comp.; Rio de Janeiro, B. I. Garnier Editor, 1865.

Bibliografia

ARAÚJO, Johny Santana de: “O Piauí no Processo de Independência: Contribuição para Construção do Império em 1823”, em *Clio – Revista de Oesquisa histórica*, nº 33.2, Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24527/19816>.

ARAÚJO, Valdeí L. de: “Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil”, em *Varia Historia*, 31 (56), 2015, pp. 365-400.
- *A independência narrada: introdução à história da historiografia do Brasil*, Rio de Janeiro, Proprietas, 2022.

ARENDETT, Hannah: *Entre o passado e o Futuro*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1997.

- BADIOU, Alain: *The Rebirth of History: Times of Riots and Uprisings*, London, New York, Verso, 2012.
- CARVALHO, Marcus J. M. de: “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”, em *Revista Brasileira de História* [online], v. 18, nº 36, 1998, pp. 331-366 [Acessado 25 Novembro 2022].
- “O outro lado da Independência: Quilombolas, negros e pardos em Pernambuco, 1817-1823”, em *Luso-Brazilian Review*, 43, 2006, pp. 1-30.
- CERTEAU, Michel de: *A escrita da história*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.
- GRAHAM, Maria: *Diário de uma viagem ao Brasil*, Belo Horizonte, São Paulo, Ed. Itatiaia, EDUSP, 1990.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal: “Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial”, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 388, 1995, pp. 459-613.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado: “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, em *Revista Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 1, nº 1, 1988, pp. 5-27.
- KOSELLECK, Reinhart: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto; Puc-Rio, 2006.
- LEFORT, Claude: *Pensando o político. Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- LUSTOSA, Isabel: *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*, São Paulo, Cia das Letras, 2000.
- MALEVAL, I. T.: “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850)”, em *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 20, nº 42, 2019, pp. 627-650.
- MILLAR, Fergus: *The Crowd in Rome in the Late Republic*, Ann Arbor (Michigan), The University of Michigan Press, 1998.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das: “Os Esquecidos no Processo de Independência: Uma História a se Fazer”, em *Almanack* [online], nº 25, 2020.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; BASILLE, M.: *A guerra literária: os panfletos políticos da Independência (1820-1823)* (4 v.), Belo Horizonte, Ed.Ufmg, 2014.
- NOBRE, Marcos: *Choque de democracia: razões da revolta*, São Paulo, Editora Schwarcz, 2013.
- PIMENTA, João Paulo: *Tempos e Espaços das Independências*, São Paulo, Intermeios, USP, 2017.
- PIMENTA, J.P.; ATTI, C. A.; CASTRO, S.; DIMAMBRO, N.; LANNA, B.D.; PUPO, M., et ali: “A Independência e uma cultura de história no Brasil”, *Almanack* [Internet], 8, 2014, pp. 5-36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320140801> [Consulta: el 28-2-2024].
- REIS, João José: “O jogo duro do 2 de julho. O partido negro na Independência”, in João José REIS e Eduardo SILVA, *Negociação e conflito a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 79-98.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira: “Revolução Pernambucana e as Disputas Historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen”, en *História e Cultura*, v. 6, 2017, pp. 289-308.

RUNIA, Eelco: “Presence”, in *History and Theory*, v. 45, nº 1, 2006, pp. 1-29.

SEWELL, William: “Acontecimentos Históricos como transformações das estruturas – inventando a revolução na Bastilha”, in *Logicas da História social. Teoria Social e transformação social*, Rio de Janeiro, Vozes, 2017, pp. 228-269.

SILVA, Luana Melo e: *O Primeiro Motor da Independência: um patriarca mineiro entre a memória e o esquecimento*, Jundiaí, Paco Editorial, 2017.

SLEMIAN, Andrea: *Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*, São Paulo, Hucitec, 2006.

SODRÉ, Muniz: *Pensar Nagô*, Petrópolis, Vozes, 2017.

SOUZA, Iara L. C.: *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*, São Paulo, Fundação Editora UNESP, 1999.

VARNHAGEN, Francisco A. de: *História da independência do Brasil*, Rio de Janeiro, Revista do IHGB (Instituto Historico y Geographico Brasileiro), 1916.

WHITE, Hayden: “El Evento Histórico”, in *Ficción Histórica, Realidad Ficcional y Realidad Histórica*, Buenos Aires, Prometeu Libros, 2010, pp. 123-150.

Hemerografia:

“Independência sem povo”, en *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/independencia-sem-povo-9891124> [Consultado el 28 de febrero de 2024].